

A IDENTIDADE NACIONAL ANGOLANA EM O VENDEDOR DE PASSADOS

MARIANA APARECIDA DE CARVALHO*

* Universidade Federal de Ouro Preto
- UFOP.

P

Resumo

ropomos analisar o romance **O vendedor de passados**, do angolano José Eduardo Agualusa, pensando questões referentes às ideias de nação, memória, bem como da construção de uma identidade nacional no contexto do pós-independência de Angola. Neste romance estão presentes fatores ligados à construção de Angola enquanto nação, sendo ficcionalizados como desejo de construção de uma nova identidade nacional angolana através da falsificação de novos passados. Desta forma, **O vendedor de passados** pode ser lido como uma metaficção historiográfica, termo cunhado por Linda Hutcheon (1988), uma vez que a obra ficcional se volta para o passado não para recontá-lo como reconstituição, mas para reconstruí-lo com base no que poderia ter acontecido, sob um viés crítico, atribuindo, assim, ao discurso historiográfico uma nova significação. Refletimos, ainda, sobre a construção da memória, inerente à ideia de construção da identidade nacional angolana presente na narrativa de Agualusa.

Palavras-chave: Identidade; Nação; Memória; Metaficção historiográfica; Pós-modernismo.

O romance **O vendedor de passados**, do escritor angolano José Eduardo Agualusa, de acordo com Amyres de Sousa (2005), pode ser lido com sendo uma obra pós-moderna. Desse modo, indagamos o que vem a ser a pós-modernidade e os porquês de se atribuir ao romance de Agualusa tal rubrica.

De acordo com Linda Hutcheon (1988), a pós-modernidade pode ser caracterizada como um movimento questionador, em que estarão presentes muitas indagações não só ligadas à natureza das expressões artísticas, mas a tudo quanto a ela se relacionar. Uma das constantes indagações pós-modernas relaciona-se à natureza da subjetividade e da individualidade dos sujeitos.

De acordo com Stuart Hall (2006), já não se pode mais pensar em “centro”, uma vez que este, da maneira como era concebido no Iluminismo, não é totalmente válido. O sujeito, no Iluminismo, era portador de um núcleo interior – sua identidade, o que atribuía a esta concepção um caráter individualista. Na modernidade, surge a concepção do sujeito moderno e com ela a consciência de que o núcleo interior não é apenas individual, mas formado a partir do contato com os outros e com as culturas em que se insere, em que o sujeito será fruto do meio em que vive. Na pós-modernidade, assim como defende Hall (2006), o sujeito está se tornando fragmentado, e composto por várias identidades definidas historicamente. Assim, há um deslocamento constante de identificações, abrindo espaço para que se questione o conceito de centro que vigorou durante o Iluminismo e para que se discutam, também, questões referentes às identidades híbridas presentes nas sociedades multiculturais. O sujeito pós-moderno ainda é portador do núcleo individual, porém este resulta do diálogo que realiza com “mundos culturais exteriores” (HALL, 2006, p. 11), originando, assim, identidades híbridas, em decorrência do contato com contextos multiculturais.

Hall (2003) define o hibridismo cultural como sendo a combinação de elementos culturais heterogêneos em uma nova síntese, que recebe o nome de tradução cultural – em que os indivíduos mantêm ligações com a cultura de origem – tradição –, mas também com traços das culturas em que se encontra inserido. Já não se pode mais pensar em tradição, mas sim em tradução. Já o multiculturalismo é definido por Hall (2003) como sendo uma série de políticas criadas e adotadas para se governar sociedades multiculturais, nas quais diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, porém sem que se percam traços de suas identidades originais. Pode-se pensar que o multiculturalismo esteja provocando o que Stuart Hall (2006) chama de homogeneização cultural. Na realidade, embora haja, na pós-modernidade, maior articulação entre as culturas, devido à globalização, há também maior interesse pelo local, pelo outrora concebido como marginal – aquele que está à margem – ou excêntrico – grafado por Linda Hutcheon, alegoricamente, como ex-cêntrico.

De acordo com Linda Hutcheon (1988), o marginal e o ex-cêntrico ganham importância em uma sociedade que passa a ser percebida não como um monolito homogêneo, mas sim heterogêneo. Como afirma a autora, “o conceito de não-identidade alienada dá lugar (...) ao conceito de diferenças, ou seja, à afirmação não da uniformidade centralizada, mas da comunidade descentralizada” (HUTCHEON, 1988, p. 29). Tal conceito passa a ser difundido, sobretudo, a partir do momento em que surge “a proliferação subalterna da diferença” (HALL, 2003, p. 57), fazendo com que oposições binárias, tais como, particularismo / universalismo, tradição / modernidade, centro / margem ganhassem evidência.

Stuart Hall (2006) afirma que com a globalização, com a diminuição das fronteiras e com o aumento dos fluxos e dos laços entre as nações, as culturas se misturaram de tal maneira que aquilo que outrora fora trazido pela globalização já passou a fazer parte da cultura local. Assim,

o global não está substituindo o local, mas se articulando e se mesclando a ele, produzindo novas identificações híbridas, o que verificamos ser tratado, também, em **O vendedor de passados**.

Segundo Hutcheon, outros conceitos essenciais da pós-modernidade, além dos que se relacionam aos diversos questionamentos acerca da natureza das expressões artísticas, da subjetividade e da individualidade, são a paródia, a ironia e a “presença do passado” (HUTCHEON, 1988, p. 20). De início, já podemos identificar em **O vendedor de passados** tal presença, que se dá, não somente através do fator irônico, ligado ao fato de ele poder ser mercenciado por Félix Ventura, como também através de sua retomada relacionada ao fator histórico, propriamente dito, que Agualusa busca resgatar com relação à historiografia angolana.

De acordo com Linda Hutcheon (1988), tanto ficção como história são discursos através dos quais atribuímos significação a fatos passados. O sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses acontecimentos pretéritos em fatos históricos, que só se caracterizarão como tais a partir do momento em que a historiografia aplicar a eles fatores explicativos e /ou narrativos. A autora afirma que a história é caracterizada como sendo o “registro da realidade do passado” (HUTCHEON, 1988, p. 129), e a literatura, uma manifestação artística portadora de um *status* autônomo. Assim, ao aliar história e ficção há a possibilidade de jogar com a ideia de realidade juntamente com uma possível subversão desta.

A fim de tipificar obras literárias construídas a partir do diálogo entre ficção e história, Hutcheon (1988) cria a rubrica “metaficção historiográfica” – em que a obra ficcional se volta para o passado, não para recontá-lo, assim como aconteceu, mas para reconstruí-lo com base no que poderia ter acontecido. Tais narrativas ficcionais, permeadas por fatos históricos, não refletem e nem reproduzem a realidade tal qual ela se apresenta diante de nós. Segundo Hutcheon, “na metaficção historiográfica não há nenhuma pretensão de mimese simplista. Em vez disso, a ficção é apresentada como mais um entre os discursos pelos quais elaboramos nossas versões da realidade.” (HUTCHEON, 1988, p. 64).

É preciso ter em mente que estas novas versões acerca da realidade serão construídas a partir da perspectiva do autor sobre os fatos. Por isso, muitas vezes a subjetividade deste guiará a reconstrução da história a partir da recriação do discurso histórico. É o que acontece com **O vendedor de passados**, pois há a possibilidade de lermos este romance como uma metaficção historiográfica, uma vez que Agualusa retoma a história real de Angola e os acontecimentos passados para compor sua obra ficcional.

Temos como proposta realizar uma discussão acerca da identidade nacional angolana em **O vendedor de passados**, mas para que alcancemos tal objetivo é preciso refletirmos sobre o que vem a ser esta identidade nacional.

De acordo com Zilá Bernd (1999), é comum o pensamento de que a identidade se constitui como algo rígido e fixo. Porém, tem havido a

busca pela substituição do termo identidade por “identificação”, uma vez que este representa melhor a ideia de algo que está em permanente construção.

Entendemos a construção de determinada identidade justamente através do processo de identificação, em que o sujeito se identifica com determinado conjunto de representações simbólicas e deste passa a participar e nele interagir.

Ressalvamos, porém, que estamos abordando a questão da identidade nacional não em uma esfera estatal e política, em que os sujeitos serão sim portadores de identidades fixas - os chamados registros gerais, mas sim na que diz respeito à identificação desses mesmos sujeitos com os diversos conjuntos de representações simbólicas que dizem respeito ao que nomeamos de nação.

Neste ponto, podemos indagar o que é uma nação? Sendo esta indagação o título de uma famosa conferência realizada por Ernest Renan, em que o autor busca defini-la, primeiramente, com base naquilo que ela não é.

Renan (1997) em célebre conferência afirma que a ideia de nação, embora possa parecer simples não o é, e que as organizações sociais humanas serão distintas de acordo com as localidades em que se situarem. Segundo o autor, um dos erros cometidos com relação à definição de nação relaciona-se ao fato de confundirmos nação com raça. Assim, o autor adverte que uma nação não pode ser delimitada de acordo com aspectos raciais (RENAN, 1997, p. 13).

Segundo Renan (1997), outro fator que não pode ser utilizado para a constituição de uma nação é o referente à língua. Para o autor, pensar a nação sob o viés da língua, assim como da raça, oferece perigos e inconvenientes: “antes de ser confinado a tal ou qual língua, antes de ser membro de tal ou qual raça, filiado a tal ou qual cultura, o homem é um ser dotado de razão e moral.” (RENAN, 1997, p. 33-34). É esta razão que permite ao sujeito a identificação com os grupos aos quais é exposto.

Para Renan, “tampouco a religião poderia oferecer base suficiente para o estabelecimento de uma nacionalidade moderna” (RENAN, 1997, p. 34). Já “a geografia, aquilo que chamamos fronteiras naturais, tem certamente um papel considerável na divisão das nações. [já que] a geografia é um dos fatores essenciais da história” (RENAN, 1997, p. 36). Porém, o autor nos adverte que uma nação é um princípio espiritual e não material, que possa ser “delimitado pela configuração do solo” (RENAN, 1997, p. 37).

Se uma nação não é determinada por questões raciais e geográficas, se nem língua ou religião delineiam o que denominamos de nação, então, o que é uma nação?

Renan termina suas explicações dizendo:

a nação é uma alma, um princípio espiritual. Constituem essa alma, esse princípio espiritual, duas coisas que, para dizer a verdade, são uma só. Uma delas é a “posse em comum de um rico legado de

lembranças”; a outra, o consentimento atual, o desejo de viver juntos, a vontade de continuar a fazer valer a herança que recebemos indivisa. [...] A nação, como o indivíduo, é o resultado de um longo passado de esforços, de sacrifício e de devoções. O culto dos ancestrais é, entre todos, o mais legítimo; os ancestrais fizeram de nós o que somos. “Um passado heróico, grandes homens, glória (refiro-me à verdadeira)”, eis o capital social sobre o qual assenta-se uma ideia nacional. Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente; ter feito grandes coisas juntos, querer continuar a fazê-las, eis as condições essenciais para ser um povo. (RENAN, 1997, p. 39 - grifo nosso)

Destacamos dos dizeres de Renan (1997) o trecho “A nação, como o indivíduo, é o resultado de um longo passado de esforços, de sacrifício e de devoções” (RENAN, 1997, p. 39) o que pode explicar a grande ironia presente em **O vendedor de passados**. Ainda que Angola seja um país independente, era necessário, tanto no nível individual, como no coletivo, a criação deste “longo passado” citado por Renan (1997), uma vez que as guerras e os conflitos destruíram os sentimentos comuns que ligavam os angolanos. O romance afirma a necessidade de criação de uma nova história para o país, mais bela do que a verdadeira, mesmo que inventada pelas mãos de um homem, o Félix Ventura.

No caso de Angola, a perda de sentimentos comuns pode ser percebida, sobretudo, com relação ao “fraccionismo” ocorrido no interior do Movimento Popular para Libertação de Angola – MPLA –, desencadeando uma tentativa frustrada de golpe de estado, em 27 de maio de 1977, por parte da ala mais “radical” do Movimento, contrária àquela tida como “moderada”, ocupada por Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola após o reconhecimento da independência do país.

Para Renan, a ideia de nação se constrói sobre “um passado heróico, grandes homens, glória” (RENAN, 1997, p. 39). Portanto, se levarmos em consideração tal afirmação, *ipsis literis*, verificamos que não poderia ser possível a construção de uma nação angolana, sendo preciso, neste caso, que tal passado heróico fosse forjado, além de biografias de grandes e gloriosos homens – o que acontece em **O vendedor de passados**. Porém, no trecho “Um passado heróico, grandes homens, glória (refiro-me à verdadeira), eis o capital social sobre o qual assenta-se uma ideia nacional” (RENAN, 1997, p. 39), Renan ressalta a ideia de que somente os fatos verdadeiros “poderiam” ser utilizados na tarefa de construir uma nação. Assim, podemos pensar nos acontecimentos e fatos históricos e podemos questionar acerca da natureza destes fatos, bem como a partir de que pontos de vistas os fatos foram selecionados para compor a história de determinada nação, uma vez que a história é feita por mãos de homens, como ilustra Agualusa ao compor o personagem Félix Ventura como sendo a responsável por criar para Angola uma nova história.

Em suma, nação é um sistema de representação cultural, uma comunidade simbólica, ideológica e imaginada. Imaginada porque

nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a ima-

gem de sua comunhão (...) Nações são imaginadas como comunidades na medida em que, independentemente das hierarquias e desigualdades efetivamente existentes, elas sempre se concebem como estruturas de camaradagem horizontal. Estabelece-se a ideia de um 'nós' coletivo, irmanando relações em tudo distintas. (ANDERSON, 2008, p. 12)

Podemos concluir, de certa forma, que, ainda que o sujeito seja portador de uma identidade fixa – o registro geral, ele sempre precisará estar inserido em algo maior a ele – o grupo, seja este de quaisquer espécie, imaginado ou não, para assim a identificação ser possível. É o que acontece com construção de uma identidade nacional angolana. Porém, é preciso salientar que não é possível pensar nesta de maneira pura, sobretudo devido ao colonialismo. Segundo José S. Melo (2006), não se pode negar influências portuguesas em Angola, influências estas que estão presentes na identidade local. Não pode haver nem um fundamentalismo radical e nem uma negação total.

A identidade se configurará, pois, através da identificação com os sistemas de representações simbólicas e dos sentidos construídos pelo discurso, representados no discurso, com os quais os sujeitos se identificam. O discurso, segundo Michel Foucault (2005), é um modo de legitimação do poder. Se pensarmos a nação também como construção discursiva, assim como postula Homi K. Bhabha, ela buscará ser uma estrutura de poder, em que será através da construção da identidade nacional que ela se legitimará. Segundo Bhabha (1997), a nação existe através da narração de fatos pretéritos, sobretudo com relação às narrativas literárias. Assim, a linguagem que nos remete ao passado é utilizada, também, nas narrativas da nação, possuindo um caráter performático devido ao fato de a construção da história ser uma constante, encontrando-se sempre em movimento.

Bhabha (1997) compara, metaforicamente, a linguagem da construção do discurso da nação ao “rosto de Jano” – um deus possuidor de duas faces, uma sempre olhando para o passado e a outra sempre olhando para o futuro. Assim, a construção da nação não só está inteiramente relacionada à linguagem e à memória, como relaciona-se às duas perspectivas para as quais o “rosto de Jano” se dirige – passado e futuro, tempos abordados em **O vendedor de passados**, uma vez que, as pessoas que desejavam comprar novos passados eram aquelas que já possuíam um presente digno e um futuro assegurado, faltando-lhes, apenas, um bom passado, condizente com a atual situação em que vivem.

Segundo Laura Cavalcante Padilha (1999), há sempre um trânsito simbólico entre o lugar tido como achado e o lugar que, ao ser achado, se vê perdido, sendo justamente o que se pode dizer ter acontecido em África no momento em que os europeus ali chegaram. De acordo com a autora, houve neste processo de se achar e de ser perdido um entrecruzamento dos lugares culturais que acabaram por formar o vasto tapete ficcional, sobretudo de Angola.

Podemos perceber que, em África a questão identitária é muito relevante, sendo um dos fatores ironizados por Agualusa em **O vendedor de passados**, principalmente com relação à emergente burguesia,

à classe empresarial, política e militar, que, ao serem representadas no romance, são mostradas através daqueles que procuravam Félix Ventura a fim de obterem novos passados, ou seja, novas origens, mais gloriosas e dignas de serem lembradas.

De acordo com Padilha (1999), os intelectuais possuem um papel importante no processo de construção das identidades nacionais. Em Angola há uma tentativa de recontextualização das identidades de maneira a fazê-la sob uma base sólida, buscando no passado e na memória tais bases em que as identidades nacionais possam ser edificadas. “Advêm daí a coesão e a solidariedade dos membros dos grupos ou, pelo menos, a reconstrução desse sentimento pela memória” (PADILHA, 1999, p. 82). Há neste contexto da contemporaneidade uma “aliança” entre autores angolanos com seus textos ficcionais, motivados pela urgência e necessidade de se “forjar”, com base em fatores e componentes culturais disponíveis na comunidade, uma história cultural. Segundo Padilha, “Não há nessa busca, porém, nenhuma visão uma e monolítica. Percebe-se o múltiplo como o elemento cujos fios se enlaçam, formando os traços de uma simbólica e imaginada face nacional angolana.” (PADILHA, 1999, p. 82).

Ao chegarmos ao ponto em que afirmamos que será a construção de uma identidade nacional que legitimará determinada nação, construída, principalmente a partir de matizes diversos resultando no matiz híbrido, seguimos para uma leitura de **O vendedor de passados** a partir da construção da identidade nacional angolana abordada no romance. Centraremos na figura de Félix Ventura enquanto o responsável por vender novos passados e na figura do ministro da Panificação e Laticínios, que o procura a fim de comprar-lhe um novo passado. Através da figura do ministro podemos verificar, nitidamente, como a construção da identidade nacional é realizada a partir da escrita da história e como a individualidade pode interferir no coletivo.

Para que se compreenda a ironia que se liga a Félix Ventura enquanto o mercador de novos passados, é relevante que retomemos a origem deste personagem. Félix Ventura foi encontrado pelo mulato alfarrabista Fausto Bendito Ventura, em um caixote deixado à porta de sua casa, juntamente com vários exemplares de “A Relíquia”, de Eça de Queiroz. A presença desta obra pode aludir, metaforicamente, à colonização portuguesa ocorrida em Angola, e, conseqüentemente às influências exercidas sob o país em vários contextos, não só com relação aos fatores sócio-políticos, mas também com relação aos fatores culturais, como por exemplo, na produção literária, como podemos notar nas falas de Félix Ventura em que diz “Eça foi meu primeiro berço” (AGUALUSA, 2004, p. 25).

Félix, o vendedor de passados, é albino, filho adotivo e desconhece o seu passado. A grande ironia neste sentido relaciona-se ao fato de ele, enquanto o sujeito “gauche” do romance ser o responsável pela “nova escrita” da história de Angola, visto que prósperos empresários, políticos, a emergente burguesia, militares dentre outros o procuravam a fim de comprarem passados condizentes às situações que viviam em um presente ilustre.

Ao ser contratado para criar um novo passado para o ministro, bem como para escrever-lhe um livro de memórias, cuja ironia está presente até mesmo no nome dado à obra - “A vida verdadeira de um combatente”, o passado individual modificado interferirá, também, na vida de terceiros, uma vez que o passado individual modificado se liga à história do país e a seus personagens factuais, ficcionalizados no romance. O que o ministro da Panificação e Laticínios pretendia com o lançamento de seu livro de memórias era fazer com que até mesmo tais personagens reais acreditassem que realmente viveram com ele aquilo que ele narra através do passado inventado por Félix.

Citamos uma passagem do romance em que fica evidente a questão da memória coletiva e dos testemunhos segundo o postulado por Maurice Halbwachs em “A memória Coletiva”, quem primeiro abordou a questão da memória como fator social e para quem a memória individual é um ponto de vista que o indivíduo assume com relação à memória coletiva – compartilhada pelos membros de determinado grupo – e para quem a memória individual constrói-se, principalmente, através de testemunhos: “A nossa memória alimenta-se, em larga medida, daquilo que os outros recordam de nós. Tendemos a recordar como sendo nossas as recordações alheias – inclusive as fictícias.” (AGUALUSA, 2004, p. 139).

A ironia presente no título dado ao livro de memórias do ministro liga-se, sobretudo, a utilização do adjetivo “verdadeira”, que designa algo que é real, exato, autêntico, genuíno e sincero. Como toda a biografia narrada no livro de memórias era fictícia e falsa, o emprego do adjetivo “verdadeira” chega a ser cômico. Podemos pensar na utilização do termo “verdadeira” para enfatizar, ou ainda para legitimar as memórias ali narradas, ou ainda como alusão à obra “A vida verdadeira de Domingos Xavier”, de autoria do escritor José Luandino Vieira, que, apesar de ter nascido em Portugal, acabou por se tornar cidadão angolano, participando, diretamente, do processo de independência do país.

Desse modo, ao modificar sua história, toda uma sociedade seria modificada:

Assim que “A vida verdadeira de Um Combatente” for publicada, a história de Angola ganhará outra consistência, será mais História. O livro servirá de referências a futuras obras que tratem da luta de libertação nacional, dos anos conturbados que se seguiram à independência, do amplo movimento de democratização do país. (AGUALUSA, 2004, p. 140)

Aquele homem que outrora não passava de um jovem empregado dos correios, baterista de uma banda de rock, mulhengo e que pagava propinas para ter seu estabelecimento comercial reconhecido e regularizado, passa a ser um ativista político que atuava na clandestinidade, que foi preso, que se exilou para não participar de conflitos fratricidas, que trabalhou com medicinas alternativas africanas e que regressou à pátria com o firme propósito de contribuir para a reconstrução do país, aceitando até a difícil tarefa de ingressar na carreira política, tornando-se, portanto, um herói nacional no processo de independência de Angola.

Por fim, podemos ler *O vendedor de passados* não apenas como uma metaficção historiográfica, mas também como uma obra pós-moderna, em que estão presentes questionamentos acerca da identidade nacional e de sua construção, bem como da memória e de sua relação com a escrita da história. Como ressaltado por Hutcheon (1988), o discurso literário, ainda que metaficcional, não deve ser tomado como mimese simplista da realidade, mas em *O vendedor de passados*, a ficção não é apenas construída com base no factual como também o subverte, ironicamente, sobretudo com relação à escrita da história angolana. Embora o pós-modernismo tenha contribuído para a ascensão das artes marginais, segundo Hutcheon, ele “não leva o marginal para o centro. Menos do que inverter a valorização dos centros para a das periferias e das fronteiras, ele utiliza esse posicionamento duplo paradoxal para criticar o interior a partir do exterior e do próprio interior” (HUTCHEON, 1988, p. 98). Agualusa, pois, ao escolher como protagonista de *O vendedor de passados* um angolano, albino, filho adotivo, um sujeito sem passado, um sujeito ex-cêntrico, faz com que, metonimicamente, uma minoria ganhe voz dentro da obra e questione a ordem estabelecida até então – característica essencial para que determinada obra receba a rubrica pós-moderna, assim como buscamos apresentar ao longo do presente texto.

ABSTRACT

We propose to discuss the novel “O vendedor de passados”, of Angolan Jose Eduardo Agualusa, about the idea of nation, memory and the construction of a national identity in the context of post-independence of Angola. In this novel there are factors like to construction as a Angolan nation, being fictionalized as a desire to build a new national identity through forging new past. Thus, “O vendedor de passados” can be read as a “historiographic metafiction”, a term coined by Linda Hutcheon (1988), since the novel looks at the past not to retell it like rebuilding, but to rebuild it based what could have happened under a critical bias, giving thus to the historiographical discourse a new significance. We reflect, too, about the construction of memory, inherent in the idea of building the Angolan national identity in this narrative of Agualusa.

Key words: Identity; Nation; Memory; Historiographic metafiction; Post-modernism.

REFERÊNCIAS

AGUALUSA, José Eduardo. *O vendedor de passados*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BERND, Zilá. Identidades e nomadismo. In: JOBIM, José Luís. (Org). **Literatura e identidades**. Rio de Janeiro: J.L.J.S.Fonseca, 1999. p. 95-111.

BHABHA, Homi K. Narrando a nação. In: ROUANET, Maria Helena. **Nacionalidade em questão**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997. p. 48-59.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HALL, Stuart. A questão multicultural. In: HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 49 – 94.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

MELO, Francisco José Sampaio. Personagens diasporizadas de José Eduardo Agualusa em O ano em que Zumbi tomou o Rio. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 159-168, set. 2006. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em 11 out 2010.

PADILHA, Laura Cavalcante. No encontro de memórias e matizes. In: JOBIM, José Luís (Org). **Literatura e identidades**. Rio de Janeiro: J.L.J.S.Fonseca, 1999. p. 7 –84.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: ROUANET, Maria Helena. **Nacionalidade em questão**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997. p. 12-43.

SOUSA, Amyres de. Mercancia de memórias: O vendedor de passados. In: ENCONTRO DE PROFESSORES BRASILEIROS DE LITERATURA PORTUGUESA DA ABRAPLIP, XX, 2005, Rio de Janeiro. **Anais do XX Encontro de professores brasileiros de literatura portuguesa da ABRAPLIP**. Rio de Janeiro: UFF, 2005.